

A ABORDAGEM INSTITUCIONAL NA ADMINISTRAÇÃO: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA ENTRE 1993 E 2003

Alexandre Reis Rosa¹

Cláudia Coser²

RESUMO

A teoria das organizações no Brasil vem sendo enriquecida pela diversidade de correntes epistemológicas, tais como humanista radical, estruturalista radical, funcionalismo e interpretativista. O presente estudo enfatiza a análise da produção científica no campo da Administração entre 1993 e 2003, tendo em vista o marco de introdução dos estudos da Abordagem Institucional – fundamentada por um caráter interpretativo e de cunho fenomenológico – no contexto brasileiro. A análise foca os cinco maiores periódicos de Administração e suas respectivas publicações inseridas no período de análise. Constata-se um percentual ainda baixo de artigos da área, bem como uma concentração geográfica e autoral.

Palavras-chave: abordagem institucional, estudos em administração, produção científica brasileira, teoria das organizações, estratégia, gestão empresarial.

¹ Bacharel em Administração pela UFPR e Pós-graduando em Gestão Estratégica de Pessoas pela FAE Business School. E-mail: <alexandreirosa@hotmail.com>.

² Mestre em Administração pela UFPR e Professora da graduação em Gestão da Informação do DECIGI/UFPR. E-mail: <claudiacoser@hotmail.com>.

INTRODUÇÃO

A produção científica brasileira no campo da Administração tem sido alvo de várias análises nos últimos anos (BERTERO, KEINERT, 1994; BERTERO, CALDAS, WOOD JR, 1999; ARKADER, 2003; VIEIRA, 2003; LEAL, OLIVEIRA e SOLURI, 2003; BERTERO, VASCONCELOS e BINDER, 2003; PACHECO, 2003; DAVEL e ALCADIPANI, 2003). Esta preocupação é resultante, principalmente, do significativo crescimento quantitativo da área. Considerando as publicações nos principais periódicos científicos e os trabalhos apresentados em congressos da área, observa-se um crescimento de aproximadamente 100 % somente na década de 1990 (TONELLI, et alli, 2003). Porém alguns problemas têm acompanhado este crescimento.

A qualidade falha, a aplicabilidade duvidosa, a inclinação funcionalista e a confusão epistemológica são os principais problemas apontados nos inventários realizados. Entre as abordagens utilizadas nas pesquisas, Bertero, Caldas e Wood (1999) destacam a presença de um *mainstream* funcionalista, com características empíricas, positivistas e sistêmicas. Outras abordagens de cunho humanista radical e interpretacionista vêm ganhando espaço nas publicações e melhorando a qualidade da produção científica. Entre elas, destaca-se a perspectiva institucional, que se enquadra na abordagem interpretativa e apresenta uma posição epistemológica predominantemente subjetivista salientando a construção social da realidade organizacional.

Considerando o exposto, o objetivo do referido estudo é pontuar a presença da abordagem institucional na produção científica em Administração entre 1993 e 2003, tendo em vista o marco de introdução dos estudos da Abordagem Institucional no contexto brasileiro. O levantamento foca os cinco maiores periódicos de Administração no Brasil (RAUSP, RAP, RAE, O&S e RAC) e suas respectivas publicações inseridas no período de análise. São identificadas a frequência das publicações nestes periódicos, bem como seus principais pesquisadores e as instituições em que atuam.

A ABORDAGEM INSTITUCIONAL

A Abordagem Institucional, conforme Scott (1995), aproxima seu foco sobre as organizações, inicialmente com os estudos de Merton e Selznick, cientistas que sucederam aos trabalhos de Durkheim, Weber e Parsons. Merton (1957), interessados na burocracia e burocratização, discutem processos dentro das organizações, como a orientação de ações em conformidade com regras e normas que interferem no alcance de propósitos da organização (SCOTT, 1995). As organizações com o tempo são transformadas em instituições, por serem sistemas sociais que possuem metas e procedimentos estabelecidos,

tendo valores por trás de requerimentos técnicos. Pois não são racionais como pretendem ser, mas veículos para incorporação de valores.

Pode-se afirmar que a Abordagem Institucional tem sido capaz de oferecer explicações aos processos atrelados ao que impera sobre as relações sociais, por preocupar-se com o que há de cristalizado na sociedade em termos de valores, ações, padrões que são construídos e legitimados a partir das relações entre os diversos atores organizacionais. Por esta razão, entre outras, que o institucionalismo tem sido caracterizado “como o processo pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade” (HUNTINGTON 1968, p. 12). Em ambientes institucionalizados, o comportamento é mais estável e previsível, podendo estar economicamente associado à redução de custos derivados das incertezas na relações entre os atores, o que sob a perspectiva sociológica, consiste numa realidade socialmente construída que acaba sendo aceita como verdade – *take for granted* – e possui legitimidade (BERGER e BERGER, 2002).

O conceito de instituição, dessa forma, constitui-se num dos mais importantes para a compreensão da Abordagem Institucional. Meyer, Boli e Thomas (1994) visualizam as instituições como regras coletivas dando significado coletivo e valor a entidades particulares e atividades, integrando-as dentro de esquemas maiores. A institucionalização, para Meyer, Boli e Thomas (1994, p. 10) seria “o processo pelo qual um dado conjunto de unidades e padrões de atividade vem a ser normativa e cognitivamente possuído num local, e praticamente considerado como legítimo”.

A estabilidade nas e entre as organizações passa a ser uma das questões centrais da indagação dos institucionalistas (FACHIN e MENDONÇA, 2003). Neste sentido, a institucionalização é considerada um processo ligado a uma necessidade de sobrevivência, de reconhecimento e de adaptabilidade aos interesses que existem em seu ambiente (SELZNICK, 1971).

Dentre as contribuições da Abordagem Institucional à Teoria Organizacional, destaca-se a ênfase na influência do ambiente, ao colocar a legitimidade e o isomorfismo como fatores vitais para a sobrevivência da organização (FONSECA, 2003). O ambiente das organizações passa a ser conceituado não somente como um lugar de suprimento de recursos e alvo de produção e rendimento, mas como uma fonte de significados para os membros da organização. As organizações com esse enfoque são mais que sofisticação técnica; são o resultado da progressiva racionalização de regras culturais que providenciam base independente para a construção das organizações. Como afirmam Vieira e Carvalho (2003), alguns temas são compartilhados entre os pesquisadores desta abordagem, sendo ela de ordem teórica e prática. Versam entre os centrais: estruturas institucionais, estratégia, esquemas interpretativos, isomorfismo e campo organizacional.

As estruturas institucionais consistem nas pressões de natureza regulativa, normativa e cognitiva, aceitas no campo organizacional e que são definidas e redefinidas a

partir da interpretação e interação entre os atores, estabelecendo critérios para a legitimidade das ações. A legitimidade, amplamente abordada por institucionalistas, sugere que os ambientes institucionais exercem pressão sobre as organizações para justificar suas atividades, o que motiva-as a incrementar a legitimidade mediante a acomodação com as estruturas institucionais prevaletentes (SCOTT, 1995). A conformidade das organizações com os critérios socialmente construídos, constitui-se numa questão de sobrevivência para as organizações (MEYER e ROWAN, 1991; SCOTT, 1995; MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1996).

As **estruturas institucionais regulativas** constroem e regulam o comportamento por meio de regras, monitoramento, sanções e punições de maneira formal. A legitimidade das ações dos atores está associada ao cumprimento destes requerimentos (Scott, 1995), o que reduz as incertezas entre os atores de uma estruturação social quanto às suas ações, na medida em que as interações vão compartilhando significados (MARCH e OLSEN, 1989; KLIJN, 2001) que são alterados ou reproduzidos mediante as interações entre os participantes num processo de interpretação constante da realidade (BERGER e LUCKMANN, 1985).

Quanto às **estruturas institucionais normativas**, introduzem uma dimensão prescritiva, avaliativa na vida social, incluindo valores e normas que definem os significados legítimos para fins validados (SCOTT, 1995), enraizados na lógica do adequado (MARCH e OLSEN, 1989) perfazendo a rotina dos atores da rede em diferentes posições e papéis sociais, revelando aspectos morais e alinhamento cultural.

As **estruturas institucionais cognitivas** também sustentam significados que são compartilhados entre os atores acerca das estruturas regulativas e normativas, ou seja da realidade que cerca os atores, que constroem e continuamente negociam a realidade social, num contexto que contempla estruturas simbólicas, objetivas e externas que oferecem orientação. As estruturas cognitivas representam modelos de comportamento individual com base na subjetividade, compreensões internalizadas – frutos da interpretação da realidade social em que se atua, servindo como categorias aplicadas para o pensar e o agir, bem como de base para a construção da identidade dos atores (SCOTT, 1995).

Com base na escola cognitiva do pensamento em estratégia (MINTZBERG et alli, 2000) e tendo a noção de que o ambiente está na base dos estudos que entendem organizações enquanto sistemas abertos (MACHADO-DA-SILVA, 1998), tem-se uma realidade socialmente construída pelo homem, apresentada como um mundo intersubjetivo, cuja interiorização depende da forma como o indivíduo a interpreta, apreendendo-a ao mesmo tempo em que a produz (BERGER e LUCKMANN, 1985). Com isso, a perspectiva institucional no campo da estratégia passa a contar com as categorias analíticas de ambiente, interpretação e estratégias de ação.

Sobre o ambiente, tem-se sua divisão em **técnico e institucional**. O ambiente técnico é caracterizado pela troca de bens e serviços, enquanto o ambiente institucional conduz ao estabelecimento e à difusão de normas de atuação, necessárias para o alcance da legitimidade organizacional (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA e FERNANDES, 2000). Porém, cabe ressaltar que a separação conceitual entre ambientes técnico e institucional é analiticamente relevante, mas não pode e nem deve implicar na idéia de que existem objetivamente dois ambientes, bem como, que a apreensão do ambiente técnico e do ambiente institucional em particular, requer a distinção de níveis de análise local, regional, nacional e internacional. Esta distinção de níveis decorre da possibilidade concreta de existirem diferentes valores e significados atribuídos pelos atores sociais, em diferentes contextos de referência (MACHADO-DA-SILVA e BARBOSA, 2002).

DiMaggio e Powell (1991) enfatizam que o conceito que melhor captura o processo de homogeneização é o **isomorfismo**, processo que constringe e força uma unidade em uma população a assemelhar-se com as outras unidades que estão expostas às mesmas condições ambientais. O conceito de isomorfismo também abrange questões relacionadas à competição por poder político, legitimidade institucional e conveniência social. Os autores especificam três isomorfismos, o coercitivo, o normativo e o mimético.

O isomorfismo **coercitivo**, de acordo com DiMaggio e Powell (1983) é o resultado de pressões formais e informais exercidas por uma organização sobre outra que se encontra em condição de dependência, bem como autoridade. Reportando-se ao isomorfismo **normativo**, DiMaggio e Powell (1983) apontam que o grau de profissionalização é possivelmente o fator mais importante como mecanismo normativo a ser considerado para o entendimento das pressões normativas do ambiente, podendo ser resultante da educação formal ou da formação e manutenção das redes de trabalho. Quanto ao isomorfismo **mimético**, se processa na adoção por parte de determinada organização, de procedimentos e arranjos estruturais implementados por outras organizações, com a finalidade de reduzir a incerteza ocasionada por problemas tecnológicos, objetivos conflitantes e exigências institucionais (MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1996). O mimetismo se processa também pela verificação da atuação próspera de outra organização.

A sobrevivência das organizações, na abordagem institucional, depende da capacidade organizacional de entendimento das regras, crenças, valores e interesses criados e consolidados num determinado contexto ambiental. A forma de interpretar estes aspectos, a fim de se posicionar frente às pressões isomórficas, são melhor explicadas pela presença dos esquemas interpretativos, definidos como "pressupostos resultantes da elaboração e arquivamento mental da percepção de objetos dispostos na realidade, que operam como quadros de referência, compartilhados e freqüentemente implícitos, de eventos e comportamentos apresentados pelos agentes organizacionais em diversas situações. Nesse sentido, os valores são padrões de preferências racionalizadas por um

indivíduo e compartilhados por um grupo da organização, que influenciam as decisões (MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1993), enquanto que as crenças são pressupostos subjacentes que fornecem aos atores organizacionais uma maneira de sentir o ambiente e a organização (MACHADO-DA-SILVA, FONSECA e FERNANDES, 1999).

Sobre a idéia de **campo organizacional**, Scott (1991) define como o nível de maior significância para a teoria institucional, pois se refere a um grupo de organizações que constituem uma área reconhecida de vida institucional, onde são compartilhados sistemas de significados comuns. Para Scott (1995), a identificação dos campos organizacionais tem contribuído para o exame dos tipos de diferenciação e sistemas de ligações que surgem entre os diversos conjuntos de organizações presentes numa localidade, bem como as conexões não locais, as influências culturais, políticas e técnicas, havendo uma tentativa de se fazer elos entre os níveis locais e societais. DiMaggio e Powell (1983, p. 148) afirmam que os processos de definição institucional ou 'estruturação' do campo, consistem: "no aumento do grau de interação entre as organizações; na emergência de estruturas de dominação e padrões de coesão bem definidas; no aumento na carga informacional com as quais as organizações devem competir; e no desenvolvimento de consciência mútua entre os participantes num grupo de organizações que estão envolvidas em um empreendimento comum".

No aspecto prático, tem-se a preocupação com a validação empírica da abordagem e da sua aplicabilidade no contexto brasileiro. Através de um estudo realizado junto a uma organização familiar, Machado-da-Silva e Fonseca (1993) inserem a perspectiva institucional no campo da análise organizacional, abrindo espaço para uma série de estudos na área. Dessa forma, o campo da estratégia passou a abrigar boa parte das pesquisas de validação empírica por meio da análise de diversas organizações brasileiras.

A abordagem institucional na área de estudos organizacionais, traduzida no neoinstitucionalismo, ganha seu devido espaço a partir do final da década de 1980, com pesquisas realizadas inicialmente em Santa Catarina e Paraná, posteriormente no Rio Grande do Sul e Pernambuco, e atualmente em outros Estados brasileiros (VIEIRA e CARVALHO, 2003). A predominância do paradigma funcionalista nos mostra a necessidade de novas abordagens, constituindo um terreno fértil para o desenvolvimento de perspectivas como a institucional.

Diante do que foi exposto, salienta-se a importância do estudo no sentido de levantar e mapear o percurso dos esforços dos cientistas organizacionais, assentados na abordagem institucional na academia brasileira.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

A base de dados

As publicações consultadas no levantamento dos artigos foram a Revista de Administração (RAUSP), editado pela Universidade de São Paulo; a Revista de Administração Pública (RAP), editado pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), filiada a Fundação Getúlio Vargas (FGV); a Revista de Administração de Empresas (RAE) editada pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), também filiada a FGV; a Revista Organização & Sociedade (O&S), editada pela Universidade Federal da Bahia; e a Revista de Administração Contemporânea (RAC), editada pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD). Estes periódicos foram escolhidos por serem os mais conceituados na área de Administração no Brasil e terem sido utilizados em levantamentos anteriores com foco em diversas áreas temáticas. O período de análise escolhido foi de 1993 até 2003, tendo em vista o marco de introdução dos estudos da teoria institucional no contexto brasileiro. No período analisado, foram consultadas todas as áreas temáticas, pois se pretendia verificar a abordagem institucional na Administração.

Para a seleção dos artigos, foram estabelecidos alguns critérios que pudessem caracterizar os textos dentro da perspectiva institucional. Com isso, foram utilizadas algumas questões-chave divididas segundo os critérios de análise dos resumos, análise das palavras-chave, análise do corpo do texto e análise das referências bibliográficas. Dessa forma, foi possível criar algumas ferramentas que pudessem servir de parâmetro para distingui-los de outras abordagens teóricas. Vale ressaltar que somente o cruzamento destes critérios possibilitou a distinção. Uma vez que alguns artigos ora apresentavam a perspectiva institucional logo no título ou resumo, ora apresentavam somente nas referências bibliográficas. Na Tabela 1 são apresentados os critérios de forma mais detalhada, bem como as perguntas-chave que caracterizam cada um deles.

TABELA 1 - CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

CRITÉRIOS	QUESTÕES-CHAVE
Análise dos resumos	Foi feita alguma menção à Teoria Institucional ou algumas de suas categorias analíticas, tais como contexto ambiental, esquemas interpretativos, estruturas institucionais, isomorfismo ou estratégias de ação?
Análise das Palavras-chave	Foi citada alguma palavra-chave típica da abordagem institucional como estruturas institucionais, campo organizacional, isomorfismo, ambiente técnico e ambiente institucional, esquemas interpretativos, institucionalização ou contexto de referência?
Análise do corpo do texto	Foi apresentado algum sub-título ou parágrafo discutindo aspectos da teoria institucional e suas categorias analíticas?
Análise das referências Bibliográficas	Foi citado algum autor institucionalista como Selznick, Scott, Meyer, Berger, Luckmann, DiMaggio, Powell, Zucker, Machado-da-Silva, Vieira ou Fonseca?

Apresentação dos resultados

Depois de selecionados os trabalhos que apresentassem a abordagem institucional, passa-se a realizar a tabulação com base na quantidade publicada anualmente, no percentual de artigos institucionalistas em relação aos demais artigos, nas instituições de ensino superior mais atuantes, na distribuição dos artigos por quantidade de autores, nos autores mais prolíficos no Brasil e a quantidade de publicações internacionais desses autores.

As tabelas com os resultados demonstram que poucos artigos foram publicados fundados nessa abordagem. No entanto, uma análise temporal mostra uma tendência de aumento, notadamente a partir de 2001, onde as publicações dobram a cada ano. A evolução das publicações foram dispostas conforme a Tabela 2, onde são apresentados os artigos por ano de publicação.

TABELA 2 - ARTIGOS SOBRE ABORDAGEM INSTITUCIONAL PUBLICADOS NO PERÍODO DE ANÁLISE

ANO	RAUSP	RAP	RAE	O&S	RAC	TOTAL
1993	---	---	---	01	NP	01
1994	---	---	---	01	NP	01
1995	---	01	---	---	NP	01
1996	---	---	---	01	NP	01
1997	---	01	---	---	02	03
1998	---	01	01	01	---	03
1999	---	---	01	---	---	01
2000	---	---	---	---	01	01
2001	---	---	---	02	02	04
2002	---	01	---	02	01	04
2003	---	03	01	03	02	09
TOTAL	00	07	03	11	08	29

NP - não publicado

Com base nos resultados constantes na tabela 2, pode-se observar algumas peculiaridades. Quanto aos periódicos analisados, constata-se que a RAUSP não publicou qualquer artigo institucionalista no período analisado. Tal situação ocorre, *a priori*, em virtude da natureza desta publicação. Nos últimos anos a RAUSP tem firmado alguns acordos de parceria com a *Harvard Business Review* (HBR) no sentido de alinhar a publicação brasileira junto aos padrões estabelecidos pela publicação norte-americana (MARTINS e PUCCI, 2002; MARCOVITCH et alli, 1997). No entanto, Bertero, Caldas e Wood Jr (1999) apresentam orientações diferentes em relação às duas revistas. Enquanto a RAUSP tem uma orientação “não-positivista” e “administrativista”, a HBR é apresentada com de orientação “positivista” e “administrativista”. Mas a congruência no aspecto “administrativista” não deixa de representar um certo alinhamento entre as duas publicações. Outro ponto percebido durante a análise, foi que a FEA/USP em seu programa

de pós-graduação em Administração adota um processo seletivo de caráter endógeno (PPGA FEA/USP, 2004). Talvez, este fator exerça algum tipo de influência na produção científica, uma vez que os autores mais prolíficos da perspectiva institucional estejam lotados em universidades no Paraná, Santa Catarina e Pernambuco (Tabela 4).

Quanto ao aspecto quantitativo das publicações, nota-se que nos últimos anos houve um crescimento substancial comparado ao ano de 1993, quando a Revista Organização & Sociedade publica o primeiro artigo institucionalista no Brasil. Constata-se um aumento de nove vezes no total das publicações. Entre os periódicos, o que apresentou o maior crescimento foi a Revista Organização & Sociedade, onde constatamos também uma maior estabilidade na distribuição dos artigos publicados ao longo dos anos.

Na Tabela 3, observa-se que este mesmo periódico se posiciona com destaque no percentual de trabalhos institucionalistas em relação à produção científica total. Tal ocorrência, análogo a RAUSP, se deve a natureza do periódico. Pois o fato da O&S ter uma orientação mais voltada à organização como sistema social (MOTTA, 2003) e sendo a Abordagem Institucional, de cunho sociológico, explica-se, portanto o porquê de ter sido bem recebida na publicação baiana. Outra publicação de destaque na Tabela 3 é a RAC que, mesmo sendo a mais jovem das revistas, apresenta-se como o segundo periódico com maior número de artigos institucionalistas. Sendo uma publicação da ANPAD, têm a oportunidade de ser plural. Uma vez que não há uma hegemonia de publicações por instituições de ensino superior (IES). Já a RAP e a RAE, mesmo estando vinculadas a IES, mantém uma posição intermediária nas publicações selecionadas. Na Tabela 3 são apresentados os dados de forma numérica.

TABELA 3 - PUBLICAÇÕES SELECIONADAS E EDIÇÕES CONSULTADAS PARA ANÁLISE

PUBLICAÇÕES SELECIONADAS	EDIÇÕES CONSULTADAS	ARTIGOS		
		Total	Selecionados	%
O&S	1993 (v.1, n.1) a 2003 (v.10, n.28)	234	11	4,7
RAC	1997 (v.1, n.1) a 2003 (v.7, n.4)	192	08	4,2
RAP	1993 (v.27, n.1) a 2003 (v.37, n.6)	484	07	1,4
RAE	1993 (v.33, n.1) a 2003 (v.43, n.4)	346	03	0,9
RAUSP	1993 (v.28, n.1) a 2003 (v.38, n.4)	411	00	0,0
TOTAL		1667	29	1,7

Mesmo tendo periódicos com boas guardidas para as publicações institucionalistas, observa-se o baixo percentual dessas publicações quando comparadas ao total da produção científica em Administração. Tal fato ocorre porque a Abordagem Institucional, embora não tenha esta limitação, tem sido utilizada predominantemente na área de organizações e estratégia. Uma ínfima quantidade de artigos foi publicada fora destas áreas. Entretanto, esta assertiva é complexa e certamente merecedora de estudos aprofundados, o que não se constitui no enfoque do presente trabalho.

Sobre as IES que abrigam os pesquisadores da Abordagem Institucional, a Tabela 4 fornece algumas informações a respeito. Um dado interessante é que a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) são responsáveis pela metade da produção científica na área. Sendo a primeira responsável por quase o dobro da segunda. Tal fato é consequência das linhas de pesquisa existentes nestas duas IES. Pois o Centro de Pesquisa e Pós Graduação em Administração (CEPPAD) da UFPR, por meio do Curso de Mestrado, tem produzido um grande número de dissertações com foco na Abordagem Institucional e o Programa de Pós Graduação em Administração da UFPE, por meio da Agenda de Pesquisas do Observatório da Realidade Organizacional, tem produzido uma série de pesquisas neste campo. Isso ocorre pelo fato de existirem renomados pesquisadores nestes centros de pesquisa que compartilham da perspectiva institucional como base teórica das investigações.

As outras IES, por estarem mais fragmentadas em suas publicações, sugerem a influência não de centros de estudo e pesquisa, mas de pesquisadores isolados que adotaram a perspectiva institucional como foco de análise em suas pesquisas.

TABELA 4 - PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES)

IES	Nº DE ARTIGOS	%	% ACUMULADA
UFPR	12	31,6	31,6
UFPE	07	18,4	50,0
PUC-PR	04	10,5	60,5
UFSC	03	7,9	68,4
UFRGS	03	7,9	76,3
UFMG	02	5,3	81,6
EAESP-FGV	02	5,3	86,9
UFBA	02	5,3	92,2
UEM	01	2,6	94,8
EBAP-FGV	01	2,6	97,4
UnB	01	2,6	100
TOTAL	38	100	100

Na distribuição dos artigos por número de autores, a Tabela 5 apresenta alguns dados interessantes sobre os artigos publicados. Com um percentual de 62,1% de artigos publicados com dois autores, observa-se que a maioria dos trabalhos decorre de pesquisas realizadas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, onde os autores, via de regra, incluem seus orientadores como co-autores. No caso das publicações com um autor, temos um percentual de 20,7%, o que demonstra um 1/5 das pesquisas são realizadas com a reflexão de pesquisadores independentes. Já no caso de três, quatro ou mais autores, temos um percentual acumulado de 17,2%, o que demonstra a pouca presença de trabalhos desenvolvidos por grupos de pesquisa.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR AUTORES

Nº DE AUTORES	Nº DE ARTIGOS	%
1	06	20,7
2	18	62,1
3	02	6,9
4 ou mais	03	10,3
TOTAL	29	100

Sobre os pesquisadores, a Tabela 6 apresenta os três autores mais prolíficos na produção científica sob a perspectiva institucional, ou seja, os que mais publicaram no período de análise. No topo da lista, com o dobro de publicações do segundo colocado, figura o Prof. Clóvis Machado-da-Silva da UFPR, responsável pela publicação do primeiro artigo institucionalista em 1993 na primeira edição da O&S. Os outros dois autores, por sua vez, foram orientados por Machado-da-Silva em cursos de pós-graduação realizados na UFSC e na UFPR.

A tabela 6 mostra apenas três autores porque eles são responsáveis por quase metade do total publicado. Em relação aos demais autores, não são citados em virtude de terem inexpressivos percentuais de contribuição, pois a distribuição é muito fragmentada, sendo quase um artigo por autor ou dupla de autores.

Outra informação relevante é a IES de vinculação dos autores. Corresponde quase perfeitamente com a classificação apresentada na Tabela 4, representando a influência dos pesquisadores junto a suas IES.

TABELA 6 - OS AUTORES MAIS PROLÍFICOS NO BRASIL

AUTOR	TOTAL DE ARTIGOS	NÚMERO DE AUTORES				IES
		1	2	3	4 ou mais	
Clóvis L. Machado-da-Silva	11	04	07	---	---	UFPR
Valéria S. da Fonseca	04	---	04	---	---	UFSC
Marcelo M. Falcão Vieira	03	01	01	---	01	UFPE/EBAP

Em resposta as observações feitas por Bertero, Caldas e Wood Jr (1999) sobre a qualidade mundial da produção científica brasileira, resolvemos avaliar a produção científica dos três autores institucionalistas mais prolíficos no contexto. A fonte dos dados foi a consulta dos currículos acadêmicos junto ao Sistema Plataforma Lattes, mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Por meio desses, teve-se acesso às publicações em periódicos acadêmicos de nível internacional e aos trabalhos apresentados em congressos e encontros internacionais de primeiro nível que foram registrados pelos autores em seus respectivos currículos. Nesta análise, constatamos que realmente há pouca representatividade destes pesquisadores nos fóruns internacionais. Confirmando, em parte, o pouco impacto da produção científica no cenário internacional. Em

parte porque a responsabilidade pelo baixo impacto da produção brasileira não é inteiramente dos pesquisadores. Pois como afirma Roesch (2003), o desempenho da produção científica é limitado em virtude de um somatório de fatores, tais como a falta de recursos para pesquisa, a própria natureza da ciência Administrativa – sedenta por soluções rápidas para os problemas organizacionais e, sobretudo, pelo comportamento dos pesquisadores no que tange à falta de rigor metodológico, ao comodismo, impaciência e ao individualismo. Na Tabela 7 é apresentada a participação dos autores institucionalistas no contexto internacional.

TABELA 7 - PUBLICAÇÕES DOS AUTORES MAIS PROLÍFICOS EM PERIÓDICOS E EVENTOS INTERNACIONAIS

AUTOR	TOTAL	PERIÓDICO CIENTÍFICO OU EVENTO INTERNACIONAL
Clóvis Luis Machado-da-Silva	10	Latin American Business Review - EUA 20 th Annual Conference of the BALAS'2003 - Brasil 19 th Annual Conference of the BALAS'2002 - EUA 18 th Annual Conference of the BALAS'2001 - EUA 17 th Annual Conference of the BALAS'2000 - Venezuela 16 th Annual Conference of the BALAS'1999 - EUA 14 th Annual Conference of the BALAS'1997 - Brasil 17 th Colloquium of EGOS'2001 - França 11 th Colloquium of EGOS' 1993 - França 16 th International Conference: Organizations and Symbols of Competition'1998 - Brasil
Marcelo Milano Falcão Vieira	05	Revista Organizações e Trabalho - Portugal 18 th Annual Conference of the BALAS'2001 - EUA 17 th Colloquium of EGOS'2001 - França 15 th Annual Conference of the BALAS'1998 - EUA 11 th Colloquium of EGOS' 1993 - França
Valéria Silva da Fonseca	04	Academia Revista Latinoamericana del Administración - Colômbia Revista Información Tecnológica del Chile - Chile 14 th Annual Conference of the BALAS'1997 - Brasil 11 th Colloquium of EGOS' 1993 - França

Os resultados acima apresentam um bom número de publicações internacionais por parte dos autores institucionalistas mais prolíficos no Brasil. Entretanto, a maioria delas em eventos da *Business Association Latin America Studies* (BALAS), que tem por objetivo divulgar pesquisas sobre a América Latina e em periódicos também latino americanos. Em eventos como o *Meeting of the Academy of Management* (AOM), realizado nos EUA, considerado o maior encontro de Administração do mundo (Quintella, 2003) e em periódicos como *Administrative Science Quartely* ou *Organization Studies*, consideradas publicações de primeira linha no cenário acadêmico mundial, tem-se pouca ou nenhuma publicação, particularmente no caso dos pesquisadores citados anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo este estudo uma etapa parcial de um projeto maior, suas conclusões também apresentam um caráter parcial. Uma vez que, outras análises serão desenvolvidas em outras etapas da pesquisa. Contudo, algumas considerações cabem ser feitas à guisa de uma conclusão.

Em primeiro lugar, os números mostram um cenário de tímida produção de artigos sob a égide da teoria institucional. Por outro lado, apresenta uma tendência de crescimento nos últimos anos. Num segundo momento, constata-se uma concentração das publicações em IES do Paraná, Santa Catarina e Pernambuco. A implicação disso é o desenvolvimento de pesquisas regionais também concentradas. Deixando outras regiões, igualmente ou até mais importantes – do ponto de vista sócio-econômico, desprovidas desta perspectiva de análise.

Por último ressalta-se que, mesmo com pouca expressividade no bojo das pesquisas em administração e sem impacto nos periódicos e eventos de primeira linha no cenário internacional, a Abordagem Institucional traz consigo uma perspectiva de análise que enriquece o debate local, no sentido de entender a realidade organizacional de uma forma mais ampla, aumentando o escopo de visão e fornecendo lastro teórico à produção científica nacional. No entanto, não obstante a escassez de recursos para pesquisa, como destaca Roesch (2003), a melhoria da produção científica brasileira depende não só de novas orientações metodológicas, mas principalmente de uma mudança de cultura por parte dos pesquisadores brasileiros que, muitas vezes no afã de publicar um *working paper*, não amadurecem o trabalho e deixam de expô-lo às críticas de outros pesquisadores. Impedindo a criação de uma teoria local que pudesse ser inserida no circuito científico internacional.

REFERÊNCIAS

ARKADER, Rebecca. A pesquisa científica em gerência de operações no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**. v. 43, n. 1, p. 70-80, Jan./Mar. 2003.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma Instituição Social? In: FORACHI, Marialice e MARTINS, José de S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTERO, Carlos O.; CALDAS, Miguel P.; WOOD JR, Thomaz. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 3, n. 1, p. 147-178, Jan./Abr. 1999.

BERTERO, Carlos O.; VASCONCELOS, Flávio C.; BINDER, Marcelo P. Estratégia empresarial: a produção científica brasileira entre 1991 e 2002. **Revista de Administração de Empresas**. v. 43, n. 4, p. 48-62, Out./Dez. 2003.

DAVEL, Eduardo e ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**. v. 43, n. 4, p. 72-85, Out./Dez. 2003.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. Introduction. In: DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. (Ed.) **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institucional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**. v. 48, n. 2, p. 147-169, 1983.

FACHIN, Roberto C. e MENDONÇA, J. Ricardo C. de. Selznick: uma visão da vida e da obra do precursor da perspectiva institucional na teoria organizacional. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; CARVALHO, Cristina A. (Orgs.) **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

HUNTINGTON, Samuel P. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.

KLIJN, Erik-Hans. Rules as institutional context for decision making in networks: the approach to postwar housing districts in two cities. **Administration & Society**, vol. 33, n. 2, p.133-164, may 2001.

LEAL, Ricardo P. C.; OLIVEIRA, Jefferson de; SOLURI, Aline F. Perfil da pesquisa em finanças no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**. v. 43, n. 1, p. 91-104, Jan./Mar. 2003.

MACHADO DA SILVA, Clóvis L. e FONSECA, Valéria S. Estruturação da estrutura organizacional. **Organização & Sociedade**. v. 1, n. 1, p. 07-32, Abril 1993.

MACHADO DA SILVA, Clóvis L., FONSECA, Valéria S. e FERNADES, B.H.R. Um modelo e quatro ilustrações: em análise a mudanças nas organizações. In: **Anais do XXIII ENANPAD**. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999.

MARCH, James; OLSEN, Johan. **Rediscovering institutions: the institutional basis of politics**. New York: Free Press, 1989.

MARTINS, Gilberto de A.; PUCCI, Luciana C. RAUSP: análise da produção publicada na década de 1990. **Revista de Administração**. v. 37, n. 1, p. 105-112, Jan./Mar. 2002.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: POWELL, W; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

MEYER, John; BOLI, John; THOMAS, George M. Ontology and rationalization in the western cultural account. In: SCOTT, Richard W; MEYER, John W. **Institutional Environments and Organizations**. London: Sage Publications, 1994.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce e LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOTTA, Fernando C. P. Organizações e Sociedade: a cultura brasileira. **Organização & Sociedade**. v. 10, n. 26, p. 13-17, Jan./Abr. 2003.

PACHECO, Regina S. Administração Pública nas revistas especializadas - Brasil, 1995-2002. **Revista de Administração de Empresas**. v. 43, n. 4, p. 63-71, Out./Dez. 2003.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA FEA/USP. Relação dos candidatos aprovados no PPGA/FEA/USP/2004 - Mestrado e Doutorado. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/posgraduacao>. Acesso em: 18 de janeiro de 2004.

QUINTELLA, Rogério H. Encontro Nacional da ANPAD X *Meeting of AOM*: lições, questionamentos e especulações. **Revista de Administração de Empresas**. v. 43, n. 2, p. 107-115, Abr./Jun. 2003.

ROESCH, Sylvia M. A. Quem responde pelo desempenho limitado da produção científica em administração no Brasil? **Organização & Sociedade**. v. 10, n. 28, p. 165-167, Set./Dez. 2003.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and organizations**. London: Sage Publications, 1995.

SCOTT, W. Richard. Unpacking institutional arguments. In: POWELL, W; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

SELZNICK, Philip. Institucionalism 'old' and 'new'. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n.1, p. 270-277, 1996.

SELZNICK, Philip. **Liderança em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

TOLBERT, Pamela S.; ZUCKER, Lynne G. A Institucionalização da Teoria Institucional. In: CLEGG, Stewart R. et al. (Org.) **Handbook de Estudos Organizacionais**, v.1. São Paulo: Atlas, 1999.

TONELLI, Maria J.; et alli. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. **Revista de Administração de Empresas**. v. 43, n. 1, p. 105-122, Jan./Mar. 2003.

VIEIRA, Francisco G. D. Narciso sem espelho: a publicação brasileira de marketing. **Revista de Administração de Empresas**. v. 43, n. 1, p. 81-90, Jan./Mar. 2003.

VIEIRA, Marcelo M. F.; CARVALHO, Cristina A. Sobre organizações, instituições e poder. In: VIEIRA, Marcelo M. F.; CARVALHO, Cristina A. (Org.) **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.